

# “Vamos para o club”: lutas e conflitos por territórios operários na Cidade do Natal (1930–1935)<sup>1</sup>

“Let’s go to the club”: struggles and conflicts by operating territories in the City of Natal (1930–1935)

*Paulo Rikardo Pereira Fonseca da Cunha\**

**RESUMO:** Pretende-se compreender como se organizou o movimento operário de Natal após o “movimento de 1930”, quando dois grupos distintos passaram a disputar a primazia entre dos trabalhadores da cidade: de um lado encontrava-se Café Filho e seus partidários, adeptos do sindicalismo oficial do governo Vargas; do outro os comunistas, que militavam por um movimento mais radical, contrários ao novo regime político e suas políticas sindicais. As ações de grupos tão diversos como os comunistas e os “cafeístas” foram pautadas pela necessidade de controlar uma maior parcela dos territórios operários de Natal, para com isso conseguir uma sólida base política. Controlar territórios significa controlar quem entra e quem sai e, principalmente, as condutas que devem seguir os que frequentam esses espaços. Nesse contexto, os trabalhadores não se estabeleciam como simples sujeitos passivos, eles ativamente aderiam a uma vertente política por acreditar que lhes traria maiores benefícios. A vertente de Café ofereceu aos trabalhadores as leis trabalhistas e a redução da jornada de trabalho; em troca, eles retribuía com a sindicalização oficial e o apoio político. Os principais esteios que sustentam esse trabalho foram os conceitos de culturas políticas (BERSTEIN, 1998), indivíduo e sociedade (ELIAS, 1994;1995), memória (PORTELLI, 1993a;1993b) e território (GOMES, 2010). Quanto ao corpus documental foram analisados os periódicos A República, órgão oficial do governo, e O Jornal, de propriedade de Café Filho, além dos relatos memorialísticos de José Praxedes, liderança comunista, Café Filho e João Maria Furtado, juiz de direito e correligionário deste último.

**PALAVRAS-CHAVE:** Operários. Café Filho. Comunistas.

**ABSTRACT:** It intends to understand how the workers' movement in Natal was organized after the "Movimento de 1930", when two distinct groups began to dispute the primacy among the workers of the city: on one side were Café Filho and his supporters, adherents of the official trade unionism of Vargas' government; on the other, the communists, who were militant for a more radical movement, opposed to the new political regime and its trade union policies. The actions of groups as diverse as the communists and the "cafeístas" were shaped by the need to control a larger portion of the working territories of Natal, in order to achieve a solid political base. Controlling territories means controlling who comes in and who leaves, and above all, the conduct that those who attend these spaces must follow. In this context, workers did not establish themselves as mere passive persons, they actively adhered to a political side because they believed that it would bring them greater benefits. The Café Filho branch offered the workers labor laws and reduced working hours; in exchange, they paid back with official unionization and political support. The main elements that support this work were the concepts of political cultures (BERSTEIN, 1998), individual and society (ELIAS, 1994, 1995), memory (PORTELLI, 1993a, 1993b) and territory (GOMES, 2010). As for the documentary corpus, the periodicals “A República”, official organ of the government, and O Jornal, owned by Café Filho, were analyzed, as well as the memorialistic reports by José Praxedes, communist leadership, Café Filho and João Maria Furtado, a judge and co-religionist of the last.

**KEYWORDS:** workers; Café Filho; communists.

---

\* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Santa Cruz. prpfc1@yahoo.com.br.

Nos primeiros dias de outubro de 1930, um velho Ford cruzava a fronteira da Paraíba em direção ao Rio Grande do Norte. Fato corriqueiro para a época se não fosse pelos passageiros e pela carga que carregava. Sacolejava pela estrada João Fernandes Café, Omar Lopes Cardoso, os irmãos Dantas de Guarabira e três caixas de dinamites (CAFÉ FILHO, 1966, p. 63). O grupo pretendia derrubar o governo de Juvenal Lamartine, seguindo o esteio do levante organizado pelos partidários da Aliança Liberal.<sup>2</sup> Estacionaram nas proximidades do campo de aviação, onde entraram em contato com o farmacêutico Pedro Dias Guimarães que estabeleceu uma travessia segura para Natal e arregimentou o pequeno quadro de “revolucionários” da cidade. Poucos dias depois, a explosão de uma das cargas de dinamite assustou o governador, que no mesmo dia pediu asilo em um dos navios ancorados no porto e partiu em direção a Paris.

Na década de 1920, Café Filho se estabeleceu como um ferrenho crítico as ações do situacionismo potiguar, se tornando inimigo declarado dos dois últimos governadores da Primeira República.<sup>3</sup> Suas atividades na imprensa e no movimento operário irritou o governo de tal maneira que precisou se auto exilar do estado para não ser preso (1929-1930). Seu pensamento político de então o aproximava do grupo da Aliança Liberal, que em seu programa defendia o voto secreto, instituição de uma Justiça Eleitoral e criação de leis trabalhistas; além do mais, era o grupo contra o qual o governador Juvenal Lamartine fazia oposição. Ao retornar para Natal, continuou suas atividades no meio operário e na imprensa, mas dessa vez conclamando os trabalhadores a apoiar o novo governo. Dessa forma, pretende-se neste trabalho compreender como se organizou o movimento operário de Natal após o “movimento de 1930”, quando dois grupos distintos passaram a disputar a primazia entre dos trabalhadores da cidade: de um lado encontrava-se Café Filho e seus partidários, adeptos do sindicalismo oficial do governo Vargas; do outro os comunistas, que militavam por um movimento mais radical, contrários ao novo regime político e suas políticas sindicais.

Nas memórias de Café Filho, a cidade foi tomada pacificamente. O estouro da bomba que afugentou Juvenal Lamartine configurou-se como único movimento

ocorrido. Enquanto ele não descreveu depredações nem perseguições aos partidários de Juvenal Lamartine, uma determinada historiografia que trabalha com a “Revolução de 1930” no Rio Grande do Norte alerta-nos para os dois dias nos quais Natal ficou sem governo, e sugere que foi um período de arruaças e depredações. Segundo Mariz, a ocupação da cidade se deu com a forte presença de desocupados, aventureiros de lenços encarnados e negros que depredaram e assaltaram as residências do ex-chefe de governo e de seus auxiliares mais próximos (MARIZ, 1984, p. 61-62).

Café Filho posicionou-se como o grande articulador da “Revolução de 1930” em território potiguar. Para ele, foi sua movimentação que expulsou o presidente do estado, como também foi o seu grupo que recebeu o Batalhão Federal pacificamente. Enquanto Natal estava sob seu comando, nada de anormal tinha acontecido, tudo transcorria na mais perfeita ordem; apenas quando se tentou nomear o desembargador Silvino Bezerra, irmão de José Augusto, foi que os seus correligionários e trabalhadores se manifestaram (CAFÉ FILHO, 1966, p. 61-63). Ao narrar esse acontecimento, Café fez uma seleção de lembranças, inconscientemente ou não, na qual os trabalhadores urbanos se constituíam como sujeitos que seguiam sua vontade, revoltavam-se ou eram pacificados sob o seu comando.

A memória é, portanto, ativa e criadora de significados, nunca se mostra como uma atividade indiferente trabalhando como simples receptáculo. O passado, por seu turno, é racionalizado a partir do presente, do que se (re)memora de um acontecimento. Passados são recriados a partir dos seus locais de fala; recuperam “a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história” (PORTELLI, 1993a, p. 41). Todo indivíduo possui fragmentos de muitas recordações sociais distintas, a memória se apresenta como “um processo individual, que ocorre em meio social dinâmico” (PORTELLI, 1993b, p. 16).

A situação normalizou-se em Natal quando foi erigida a Junta Governativa, formada por Tavares Guerreiro, Júlio Perouse e Aberlado de Castro, militares que faziam parte da ala moderada dos “tenentes”. O novo governo tomou as medidas

necessárias para a instalação do regime, baixou decreto fechando a Assembleia Legislativa do Estado e as Intendências Municipais, e indicou novos nomes para comandar as cidades e os serviços públicos (MARIZ, 2010, p. 20-21). Nessa nova situação, ao nomear os cargos, tentou contemplar todas as correntes da Aliança Liberal. Aos partidários de Café, foram concedidas: a chefia de polícia, ao próprio Café Filho; a prefeitura de Natal, a Pedro Dias Guimarães; a redação de *A República*, a Sandoval Wanderley; e a prefeitura de Areia Branca, ao coronel Francisco Sólton Sobrinho (SPINELLI, 2010, p. 21). Pela primeira vez, esse grupo exercia atividades no aparelho estatal. Novos espaços eram conquistados, não mais como oposição; dessa vez, faziam parte do governo e com ele tinham o objetivo de construir uma nova sociedade como tanto desejaram na década anterior.

Outras facções também foram privilegiadas, ou seja, a “revolução” no Rio Grande do Norte não havia sido obra exclusiva dos “cafeístas”. O coronel Dinarte Mariz, embora ligado a elementos da oligarquia decadente, foi o responsável pelo êxito do novo regime na região Seridó. Mantinha contato com grupos aliancistas de Natal e, com um contingente armado, garantiu a vitória da “revolução” no interior do estado. A Junta Governativa indicou seu nome para a prefeitura de Caicó, cargo estratégico que lhe possibilitou reagrupar sob o seu nome as lideranças decaídas do regime passado (SPINELLI, 2010, p. 20). Segundo João Maria Furtado, como adversário fervoroso, Dinarte Mariz chegou a premeditar o assassinato de Café Filho (FERREIRA, 1986, p. 68-69). Além dos aliancistas citados, da ala mais conservadora, foram escolhidos o jornalista Fontes Galvão (propagandista aliancista na cidade de Mossoró) para a Imprensa Oficial (responsável pelo jornal *A República*) e o engenheiro Gentil Ferreira, para a prefeitura de Santa Cruz.<sup>4</sup>

Finalmente, Café chegou ao governo; contudo, havia conflitos entre os diferentes grupos que fizeram a “revolução”. A ala mais conservadora buscava consolidar o regime, apaziguando os ânimos e restaurando rapidamente a ordem – Gentil Ferreira, Dinarte Mariz e Fontes Galvão faziam parte dessa ala –, enquanto o lado “cafeísta” estava animado com as mudanças que ainda estavam para ser conquistadas. Sua base de sustentação eram os trabalhadores urbanos de Natal. Café

Filho tinha, também, algum prestígio junto aos trabalhadores das salinas de Areia Branca e Macau, assim como entre alguns poucos trabalhadores mossoroenses.

Café Filho acreditava que sua liderança frente às “classes populares” o estabelecia como nome ideal para comandar a polícia estadual, pois se “encontrava em condições de restabelecer e manter a disciplina e a ordem” apenas se dirigindo ao povo, que obedecia a seus pedidos (CAFÉ FILHO, 1966, p. 70). Quem fazia parte dessas “classes populares”? Por que elas obedeceriam a Café? Certamente os trabalhadores das Rocas eram a base de apoio de Café, seu papel, como líder trabalhista, advogado e jornalista, criara na população trabalhadora desse bairro o desejo de segui-lo.

Além das Rocas, as praças e as ruas continuavam territórios dos partidários de Café Filho, que iam amiúde quando eram convocados a protestar contra arbítrios do governo. Na primeira manifestação contra os militares que queriam empossar Silvino Bezerra no governo do estado, houve um deslocamento de seus correligionários das Rocas para o Palácio do Governo, onde estavam presentes as forças armadas paraibanas. De um lado, os trabalhadores das Rocas; do outro, os militares. Momentaneamente, esse espaço tornou-se um território de conflito, onde duas visões de mundo se esbarraram, cada uma tentando impor seus desejos. A situação só foi contornada com um acordo que beneficiava a ambos os lados.

Um novo sujeito nasce a cada vivência, no novo governo: Café Filho era então uma liderança situacionista que detinha o uso da violência, não sendo mais vítima dela. Ligado a um ideal tenentista e sindicalista, pretendeu confluir todas as lutas trabalhistas para o sindicalismo oficial. Assim é que o sindicato, de *locus* – onde se lutava contra o *status quo* e contra as más condições de trabalho – transformou-se em um espaço para esperar as ações do governo. Este, por sua vez, transformado, iria ajudar a todos, mas seria preciso esperar, pois não havia ambiente para os que não fossem suficientemente pacientes. Os espaços são fluxos reatualizados pelas práticas que os constroem e reconstroem ao longo do tempo. As relações sociais os atualizam e os modificam constantemente, com novas relações que criam novos lugares. Portanto, novas posturas políticas e sociais deram à luz a um novo tipo de espaço de

sociabilidade para os trabalhadores potiguares: o sindicato legalizado pelo Ministério do Trabalho.

Os sindicatos, por seu lado, adotaram a nova lógica de organização preconizada pelo recém-criado Ministério do Trabalho de Vargas. O decreto 19.770, de 19 de março de 1931, proibia a existência de sindicatos interclassistas e a presença de pessoas que não fossem trabalhadores em suas reuniões (FERREIRA, 1986, p. 28-36). Nos primeiros anos pós-1930, a principal preocupação dos trabalhadores potiguares foi legalizar suas atividades dentro das novas regras estabelecidas. Para que fossem reconhecidas, as entidades precisavam solicitar a Carta Sindical às autoridades do Ministério. Animados com os novos tempos, os sindicatos e as associações de trabalho saudavam entusiasticamente os interventores escolhidos para governar o estado:

Todas as sociedades operárias sindicalizadas da capital e do interior do estado, pelos seus representantes acreditados junto à Federação Regional do Trabalho, comparecerão incorporadas ao Cais do Porto, vindo uma comissão composta de todos os presidentes levar os votos de boas vindas ao Sr. Interventor Federal. Nas sedes dos sindicatos e da sociedade dos estivadores serão hasteadas as bandeiras sociais e Nacional, ostentando à noite profusa iluminação em suas fachadas [...] Uma comissão de sindicalistas fará esta noite ornamentação das principais ruas onde deverá passar o Sr. Interventor.<sup>5</sup>

Segundo Brasília Ferreira, esse entusiasmo inicial em face dos interventores e da nova legislação sindical não se solidificou em ações efetivas, pois continuavam a participar das reuniões operárias alguns elementos estranhos a elas. Até o final de 1933, apenas três sindicatos estavam regularizados e reconhecidos pelo Ministério, a saber: Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Natal, União dos Operários Estivadores de Natal e Sindicato dos Estivadores de Areia Branca (FERREIRA, 1986, p. 35-36). A despeito do entusiasmo da classe trabalhadora de Natal diante do novo regime e das novas leis impostas, demorou-se a se organizarem os sindicatos nos moldes previstos pelo governo central.

A conquista de uma categoria profissional representa para os grupos que realizaram esse feito a conquista de novos territórios na cidade, garantindo mais

poder de atuação. Dominar um território pressupõe estabelecer regras de acesso e de circulação dentro de um determinado espaço, assim como a possibilidade de instituir comportamentos e atitudes. Dessa forma, Café e os comunistas lutaram para aumentar sua influência nos espaços operários, pois o domínio de novos espaços garantiria uma maior afirmação de poder.<sup>6</sup> Os territórios são dinâmicos, existem lutas e resistências que dão forma a novos territórios e destroem os antigos.

As lutas ocorrem dentro da cidade, indivíduos movidos por diferentes anseios e pretensões estabelecem relações e fundam territórios. Dessa forma, valores políticos e comportamentos distintos são edificados a partir das experiências individuais dos sujeitos. Para se pensar as relações ente os sujeitos e os modos como se reconhecem e atuam no mundo o conceito de cultura política se apresenta como uma importante ferramenta, pois ele permite perceber como os indivíduos recriam seu mundo, povoando-o de significados, mitos e símbolos. Assim, as pessoas espacializam o mundo. Os espaços são culturalmente construídos ao mesmo tempo que produzem e difundem cultura.

Os investimentos simbólicos feitos sobre o espaço a partir de certos grupos sociais dão sentido aos mesmos. É nele que se constroem tanto obras materiais como se imprimem ordens simbólicas. Os espaços só fazem sentido a partir das práticas que lhes dão significação (CERTEAU, 1994). Os homens criam, a todo momento, referências para conviver em sociedade, por meio de seus sentimentos e atuações os espaços são instituídos. Por isso, a cultura influencia um conjunto de símbolos que concede sentido aos espaços. Assim sendo, a cultura política, como um conjunto de representações que abarcam valores, atitudes, imaginários e normas partilhados por determinado grupo sobre fenômenos políticos, também se estabelece como uma instituidora de espaços. Pode-se investigar o imaginário político dos grupos por meio dos espaços que estabelecem.

Na década de 1930, diferentes grupos batalhavam por territórios operários na cidade de Natal. Em cada um desses espaços, aglutinavam-se sujeitos que pensavam e praticavam a política semelhantemente, criando fronteiras com aqueles que possuíam outros sistemas de valores. Dois desses grupos se sobressaíram: os

“cafeístas”, adeptos de um sindicalismo oficial, ligado ao Ministério de Trabalho de Vargas; e os comunistas, que visavam à luta sindical como prelúdio de uma revolução contra o capital.

A pequena Natal, no idos da década de 1930, possuía aproximadamente 40 mil habitantes. A cidade apresentava um considerável movimento portuário, pois era a responsável por escoar a produção de sal e de algodão do estado em direção ao mercado nacional e internacional. O comércio era particularmente forte nos dois bairros mais antigos: a Cidade Alta e a Ribeira. Nesses bairros, concentravam-se também os cafés mais frequentados, destacando-se o café Cova da Onça, na rua Tavares de Lyra, frequentado pelos grupos políticos. No bairro da Ribeira, localizavam-se o cais do porto e as principais casas comerciais, que faziam fronteira a oeste com o Rio Potengi; ao norte, com a Praia da Limpa (hoje Santos Reis); a leste, com as Rocas; e ao sul, com a Cidade Alta. O bonde elétrico, inaugurado em 1911, era o principal meio de transporte coletivo da cidade. O setor industrial era ainda muito incipiente; em 1936, existiam cerca de 130 fabriquetas, a grande maioria dos ramos têxtil e alimentício.<sup>7</sup>

O período interventorial no Rio Grande do Norte foi bastante conturbado. Até 1935, o estado foi governado por cinco interventores diferentes.<sup>8</sup> Irineu Joffily, por sua administração enérgica e descompromissada com os elementos “decaídos” do regime passado, atraiu para si o descontentamento dos antigos partidários do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, alcunhados por seus opositores de “perrés”. O jornal católico *Diário de Natal* emergiu como espaço de críticas ao novo interventor denunciando uma paraibanização do estado e o nepotismo do interventor. Nesse caso, a política de exonerações de funcionários públicos serviu de esteio para acusar o novo governante de demitir quadros potiguares em privilégio a paraibanos (SPINELLI, 2010, p. 26-31).

Nesse ínterim, Café Filho deixa o cargo de chefe de polícia em meados de dezembro. Suas memórias nada revelam dessa exoneração. Em nota, o jornal carioca *O Globo*,<sup>9</sup> de 18 de dezembro de 1931, elogiava a participação de Café Filho na organização administrativa do novo regime e informava que ele pediu e obteve sua



exoneração do cargo. Provavelmente, ocorreu uma indisposição entre os dois sobre o futuro do Rio Grande do Norte. Enquanto Joffily pretendia racionalizar a administração não deixando qualquer outra corrente política local próxima ao poder, Café Filho pretendia aglutinar em torno de si um grupo político forte para futuramente se lançar a voos maiores. Em entrevista para o jornal *A União* da Paraíba, Café Filho lamentou a proibição de manifestações populares no estado imposta pelo interventor. Ao que parece, implicitamente lastimava não poder mais arregimentar seu grupo político.<sup>10</sup> Por tentar se afastar de todas as correntes políticas, Joffily distanciou-se até mesmo daqueles que mais o apoiavam: a corrente “caféista”. No final, sozinho e sem apoio de nenhum grupo político local, sucumbiu às provocações da oposição apresentando a Juarez Távora sua renúncia. No dia 28 de janeiro de 1931, entregou o cargo de interventor ao tenente Aluísio Moura e partiu para a Paraíba.

O tenente Aluísio Moura, cidadão nascido no Rio Grande do Norte, mas sem ligações políticas no estado, estava à frente do Regimento da Polícia Militar desde a demissão de Café do cargo. Para auxiliar, e ao mesmo tempo “vigiar”, Aluísio Moura no seu novo cargo, Juarez Távora indicou os nomes dos tenentes Ernesto Geisel e Paulo Cordeiro. O início da administração de Moura foi caracterizado por equilibrar as forças políticas do estado. Segundo Spinelli, tanto o grupo católico, reunido no *Diário de Natal*, quanto Café Filho e seus partidários apoiaram, inicialmente, esse interventor. Por sua vez, as facções de Café Filho e a dos “militares” foram as mais privilegiadas, uma vez que os principais cargos da administração estadual ficaram sob responsabilidade dessas duas facções. Os “caféistas” permaneceram com a prefeitura de Natal, sob a responsabilidade de Pedro Dias Guimarães; a Imprensa Oficial, sob as ordens de Sandoval Wanderley; a prefeitura de Mossoró, com Amâncio Leite; e por fim, a prefeitura de Areia Branca, com Francisco Sólton Sobrinho. Os militares ocuparam a Secretária Geral e a Secretaria de Segurança Pública sob a administração do tenente Ernesto Geisel; e a chefia da Polícia Militar, sob o comando do tenente Paulo Cordeiro (SPINELLI, 2010, p. 35-36).

A aliança entre Aluísio Moura e Café Filho aproximou esse interventor dos setores populares. Para tanto, foi organizado um grande comício no bairro das Rocas, onde compareceram aproximadamente três mil pessoas para ouvir os discursos do interventor, do tenente Geisel e de Café Filho (SPINELLI, 2010, 38). Em consonância com o governo, Café comparou o novo regime com a situação anterior ao movimento de 1930. Para ele, o “governo revolucionário” confraternizava com os trabalhadores humildes, enquanto no passado a única coisa que os trabalhadores recebiam do governo eram chicotadas. Café Filho pautou um discurso em consonância com a oratória revolucionária. Quanto aos trabalhadores urbanos, são instados a participar do governo e a apoiá-lo.

Entretanto, toda a aparente harmonia de forças se desfez com a prisão de Café Filho e de seus correligionários. Provavelmente, sob influência de membros do antigo Partido Republicano, o novo interventor resolveu acusar o grupo de Café de conspirar contra o governo. Apesar disso, poucos dias após a prisão, foram postos em liberdade, graças a um inquérito conduzido pelo tenente Ernesto Geisel que inocentou todos os implicados. A partir de então, a facção “cafeísta” foi alijada da administração estadual em detrimento de pessoas ligadas ao regime deposto em 1930. Sob acusação de privilegiar elementos da situação decaída, o Governo Provisório de Vargas demitiu Moura do seu cargo, o qual permaneceu apenas 180 dias à frente da interventoria estadual (MARIZ, 1984, p. 61-62).

O próximo interventor escolhido por Vargas foi o capitão-tenente da Marinha, Herculino Cascardo, um sujeito desvinculado da política do Rio Grande do Norte que compôs em grande parte seu secretariado com indivíduos que não eram ligados a qualquer corrente política do estado. Embora não tenha concedido cargo algum a Café Filho e seus correligionários, nesse período, houve uma maior articulação dos sindicatos liderados por Café Filho. Durante seu governo, Herculino Cascardo concedeu ampla liberdade aos diferentes grupos políticos do estado, incentivou a sindicalização e assegurou a liberdade de organização de todos os grupos.

Aproveitando-se desse clima, os “cafeístas”, juntamente com alguns oficiais do Exército e da Marinha, organizaram no mês de abril de 1932 uma filial do Clube 3

de Outubro na cidade do Natal, cerca de um ano após a fundação nacional (1931).<sup>11</sup> Seus signatários eram elementos ligados ao movimento tenentista, que não acreditavam na volta imediata do regime constitucional e apoiavam um prolongamento indefinido do Governo Provisório, uma vez que “a revolução estava sendo asfixiada por políticos tradicionais”.<sup>12</sup> Para eles, fazia-se necessário programar uma série de mudanças sociais a fim de que o país posteriormente voltasse à normalidade democrática, pois abrir o regime democraticamente, naquele momento, significava a volta dos antigos políticos da “República Velha”. Acreditavam que sem uma verdadeira educação cívica, o povo brasileiro continuaria coagido a sufragar esses elementos.

Observando uma dispersão nos ideais tenentistas e a falta de organização entre os revolucionários, o general Góis Monteiro, líder militar do movimento de outubro, comandou a organização de um grupo de pressão que teria como objetivo organizar uma ação conjunta dos “tenentes” frente ao governo. O primeiro quadro de dirigentes do Clube era formado por: Góis Monteiro, presidente; Pedro Ernesto, primeiro vice-presidente; Herculino Cascardo, segundo vice-presidente; e Osvaldo Aranha, terceiro vice-presidente.<sup>13</sup> Posteriormente, quando Pedro Ernesto assumiu a presidência nacional do Clube, a entidade teve sua fase de maior prestígio. Responsável por fazer a intermediação entre o pensamento tenentista e o governo Vargas, o Clube e suas sucursais espalhadas pelas unidades da Federação estabeleciam os esteios de sua permanência no poder, propagandeando positivamente o novo regime sob sua égide.

A partir da fundação do Clube na capital potiguar, houve um esforço de Café Filho em espalhar o “credo” tenentista no meio operário. Porém, ele não representava uma unanimidade entre o operariado, outra força também arregimentava novos neófitos. Um mês antes da fundação do Clube 3 de Outubro, os comunistas, que se aproveitavam das liberdades políticas garantidas pelo interventor federal, já haviam fundado a União Geral dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte (UGT/RN). O escopo dessa associação era conscientizar os

trabalhadores elevando o nível ideológico das organizações filiadas (SPINELLI, 2010, p. 69-70).

Esses dois grupos espacializaram a cidade por meio de um jogo de conquistas e perdas de territórios. Desse modo, “cafeístas” e comunistas batalharam simbólica e fisicamente por determinados espaços operários em Natal. O grupo que conquistasse um maior território teria o poder de enunciação sobre o que é o operário. Esbarraram-se, assim, também duas diferentes culturas políticas: enquanto um dos grupos apoiava o sindicalismo oficial, acreditando nos rumos políticos do país, o outro procurava arregimentar os trabalhadores para conscientizá-los de sua luta contra o capital.

Com isso, comunismo e as ideias de Café difundiam-se pelos meios operários devido às demandas que os trabalhadores possuíam. Eles não eram simplesmente coagidos; poderiam escolher a corrente que melhor respondessem aos seus anseios. Por isso, as diferentes facções precisavam inventar estratégias e práticas, acabando por se engalfinharem para atingir os corações e mentes dos operários. O trabalhador não se constitui como um sujeito passivo, orientado por ideologias externas, mas sim como produtores ativos. Uma classe só se reconhece enquanto classe quando partilha um sistema de crenças e concepções, isto é, quando partilha uma formação histórica comum. As relações entre sujeitos estão na base da formação das identidades. Quando um grupo de sujeitos constrói laços que os unem a partir de suas vivências e dos seus dramas cotidianos, surge o sentimento de classe. Mais do que algo tangível, as classes sociais são construções simbólicas, estão na cabeça de seus membros. Nesse processo, são eternamente feitas e refeitas, estão em constante fluxo; sob novos tempos, demandam novas estratégias de relacionamentos, criando novos laços e destruindo antigos.

No que diz respeito à história do Partido Comunista (PCB) do Rio Grande do Norte, ele teve seu início na residência do sapateiro José Claudino que, reunido com mais cinco companheiros de profissão, funda o referido partido no ano de 1926, sob os auspícios do secretário-geral do PC nacional, Cristiano Cordeiro.<sup>14</sup> Com o tempo, o partido foi crescendo, alistando trabalhadores das docas, da estiva e da estrada de

ferro. Durante o governo de Juvenal Lamartine, foram duramente perseguidos, da mesma forma que os sindicatos organizados por Café Filho. Daí a identificação entre esses dois grupos, pois os comunistas e os “cafeístas” possuíam um problema em comum: o governador Juvenal Lamartine, que durante o seu mandato não fazia acepção entre um ou outro grupo. Nesse tempo, quem não fazia parte das associações protegidas pelo governo era duramente perseguido. A oposição operária foi então estabelecida pela junção de forças entre comunistas e “cafeístas”, de forma que uma não vislumbrava possibilidade de viver sem a outra, ou seja, a cooperação era necessária para enfrentar esses tempos difíceis.

Enquanto os comunistas continuaram sofrendo uma forte repressão no pós-1930, os sindicatos “cafeístas” gozavam de maior liberdade, já que as ligações nacionais e locais de Café tornaram-no um importante interlocutor político com o governo. Ser comunista, desde fins da década anterior, já era sinônimo de um indivíduo que não se encaixava no universo social brasileiro, pois, os grupos no poder propagandeavam que suas atitudes violentavam preceitos morais da sociedade. Os partidários de Café, para se livrarem da pecha de comunistas, passaram a se apoiarem na doutrina social da igreja católica. O *Rerum Novarum* se estabelecia como princípio a ser seguido pelos operários “cafeístas”.<sup>15</sup>

Como estavam impedidos de funcionar legalmente, os comunistas espacializavam-se pela cidade de uma maneira peculiar. O Comitê Regional funcionava na casa do mossoroense João Galvão Filho, secretário do Colégio Atheneu. Outras reuniões organizavam-se na padaria Palmeiras de propriedade de João Fagundes, localizada na rua Frei Miguelinho, no bairro da Ribeira. Além disso, de oito em oito dias, reuniam-se na casa do motorista Epifânio Guilhermino com a finalidade de ler as correspondências enviadas pelo Diretório Central do Rio de Janeiro. As informações chegavam ao restante dos membros do partido por meio de um curioso sistema que consistia em células de, no máximo, três sujeitos que ficavam embaixo de postes de luz esperando que a informação se espalhasse. Na espacialização comunista, existiam três centros de decisões de onde emanavam as informações do PC nacional e as diretrizes a ser seguidas que, posteriormente, iriam

para os grupos nos postes e depois chegariam aos locais de trabalho de cada um desses membros (COSTA, 1995, p. 63-64).

Já Café Filho, livre para propagandear seus ideais, reestruturou um novo periódico em agosto de 1931, *O Jornal*, que se constituiu no seu principal meio de comunicação e divulgação das ideias. Esse periódico apresentou-se como um órgão do Centro de Defesa dos Interesses do Rio Grande do Norte. Dessa forma, colocou-se como voz legítima do povo do estado.

No dia 24 de abril a quatro de maio de 1932, *O Jornal* usou uma página inteira de cada edição para descrever o programa revolucionário do Clube, a fim de orientar seus membros na vida política brasileira. Entre as suas diretrizes, defendiam: a intervenção estatal na economia; a coexistência de uma representação política das associações profissionais reconhecidas pelo governo, nessa direção, advogavam a existência de duas câmaras legislativas, uma representaria as forças políticas e a outra as associações profissionais e culturais; a instituição de conselhos técnicos para auxiliar o executivo; a proteção e o estímulo às pequenas e médias propriedades e, se possível, eliminando o latifúndio improdutivo; a nacionalização das riquezas naturais (minas, águas e florestas) de modo a torná-las um bem social; a nacionalização das vias de transporte e das comunicações; o incentivo da indústria nacional; a instituição da legislação trabalhista tomando o trabalho não como uma mercadoria, mas sim como um valor moral; a obrigatoriedade do ensino primário.

Assim, *O Jornal* fez intenso proselitismo do Clube, além de apresentar todo o programa dessa instituição. Em vários artigos, convidava as pessoas a conhecer a associação pessoalmente. A capa da edição de 24 de abril, em letras garrafais, estampava o seguinte título “Vamos para o Club”. O artigo que se seguiu apresentava a questão social como pivô das ações do Clube, com o objetivo de diminuir a situação vexatória do meio operário. Continuou afirmando a “convicção de que o Brasil não voltará ao ‘stato-quo’ anterior à Revolução” iria forçosamente tomar outro rumo.<sup>16</sup> O movimento de 1930 era uma revolução, disso não duvidava Café Filho e seus correligionários. No entanto, ela não havia se encerrado; a volta à normalidade só seria possível com mudanças sociais, sem as quais se retornaria à situação passada.

A ditadura era o único caminho. Fazendo coro com os outubristas nacionais, eles advogavam submissão ao governo de Vargas. Somente com a continuação da ditadura existiriam garantias da construção do projeto revolucionário, afirmava o periódico.

Espalhar entre os operários o novo credo político foi tarefa de Café Filho. Nessa mesma edição, viu-se a notícia de sua reunião com o Sindicato dos Trabalhadores de Natal para discutir o programa do clube. Por causa de sua longa carreira na liderança trabalhista de Natal, Café era a pessoa ideal para traduzir os anseios dos “tenentes” para os trabalhadores, que se constituiriam nos alicerces para as ações desse grupo contra a reestruturação dos “decaídos”.

Em seu programa revolucionário, o Clube 3 de Outubro preconizava a instituição de uma legislação de amparo ao trabalhador, que atendesse a todos, seja no campo seja na cidade. A instituição de um salário mínimo era indicada por essa entidade como fator primordial de qualidade de vida para trabalhadores, “proporcionando-lhes seguro contra os acidentes, a velhice, a morte e a falta de trabalho”. Uma maior harmonia entre o capital e o trabalho se processaria, visto que a lei garantiria participação dos operários nos lucros dos patrões. A legislação recomendada pelos outubristas instituía um código operário que seria responsável pelo seu bem viver e trabalhar e previa os seguintes pontos: higiene e salubridade das fábricas; oficinas e centros de trabalho; instituição de Tribunais de Trabalho para julgar litígios entre operários e patrões, formado por membros dessas duas classes; legitimação do direito à greve; criação da caderneta de trabalho, na qual se escreveriam os méritos dos operários; instituição de um seguro social proletário, para o qual concorrerão, proporcionalmente, patrões, empregados e governo garantindo a subsistência do operário em caso de infortúnios; criação de escolas operárias; construção de habitações higiênicas para os trabalhadores. Vê-se que nesse código de conduta privilegia-se uma nova maneira de encarar os trabalhadores que necessitavam de ambientes salubres para desenvolver suas atividades, assim como de habitações seguras nas quais se garantisse o conforto sua família. Direitos

como greve, tribunais mistos de arbitragem de litígios, seguridade social e escola seriam assegurados pelo ideal dos “outubristas”.<sup>17</sup>

Ademais, existia uma aproximação das ações do Clube 3 de Outubro com os operários da cidade de Natal. Por ocasião da votação para o conselho deliberativo dessa entidade, diversas associações trabalhistas enviavam delegados para prestigiarem o evento.<sup>18</sup> Os “outubristas” e operários procuravam congregar suas ações, em um momento que pessoas da situação decaída começavam a se rearticular. Por isso, a organização com os operários era imprescindível, pois eles se caracterizavam como um importante grupo de apoio. Nesse processo, Café Filho era o elemento responsável por fazer essa intersecção entre o Clube e os trabalhadores.

O Clube era constituído por dois tipos de sócios: os de 1º grau, aqueles que eram admitidos oficialmente e mandavam subscrever uma proposta ao grupo; os sócios de 2º grau, os que se destacaram nos serviços prestados à revolução. Nesse caso, os sócios eram escolhidos sem nenhum caráter exclusivista, sendo admitidos como sócios de 1º grau “todos os homens de idoneidade moral que desejarem defender as ideias concretizadas no programma que estamos publicando terão ingresso no Club se na sua vida particular não tiverem um facto [...] desabonador de sua conducta na sociedade”.<sup>19</sup>

O Clube buscava criar, assim, no imaginário político uma autoimagem de “advogado dos trabalhadores”.<sup>20</sup> No discurso publicado no periódico *O Jornal*, apontava a nova situação dos operários como muito melhor se confrontadas com tempos passados. Apesar disso, somente a união dos trabalhadores com os ideais “outubristas” levariam à intensificação desses benefícios.<sup>21</sup> A comparação com a antiga situação era crucial para a construção de uma imagem positiva dos novos tempos. Ao publicar na íntegra o artigo *Renovação político-social do Jornal do Rio*, que se auto intitulava órgão das esquerdas revolucionárias, ele se estabeleceu à esquerda do espectro político. Mas o que significava estar à esquerda no início da década de 1930? Nesse artigo, havia uma clara ligação da esquerda com o movimento operário. O articulista assim se expressa: “Nós não vemos inimigos à esquerda: nós não declaramos guerra, – ainda que possa haver divergência de doutrina, – a



nenhuma fôrma pacífica de acção operária”.<sup>22</sup> Nessa perspectiva, à esquerda estariam aqueles mais próximos aos movimentos trabalhistas.

Nesse mesmo artigo, descreve-se o “antigo regime” como uma “pseudodemocracia” e um “pseudoconstitucionalismo”. Para seu autor, não existia uma verdadeira democracia na situação passada, pois em um país onde imperava uma grande desigualdade se consubstancia a impossibilidade do voto consciente. Desse modo, apenas quando se “elevar os níveis de cultura das massas”, elas poderão participar dos benefícios da civilização. Prossegue o artigo conclamando uma “guerra contra parasitismo político”, isto é, uma guerra contra o político profissional, que era fabricado pelas articulações oligárquicas. Porém, no decorrer do texto, saúdam-se os novos tempos, nos quais o coronelismo e o caciquismo deixaram de existir.

Nesse ponto de vista, o lado vencedor gesta uma determinada concepção de mundo que caracterizava o período antecessor como antidemocrático. Mais do que isso, evoca o passado para engrandecer o presente, o regime que estava em gestação, nas suas palavras, um “novo regime que veio para acabar com a era de mentiras”, que instalaria uma nova Constituição preocupada com os direitos sociais. A tônica dos elementos revolucionários mais radicais eram as conquistas sociais, que deveriam continuar sob a batuta da ditadura de Vargas, até o povo “aprender” a votar. O povo foi, então, caracterizado como uma massa indistinta que, por falta de educação política, continuava a ser vítima dos elementos “carcomidos”, expressão utilizada para designar os políticos decaídos.

O então prefeito da capital, Gentil Ferreira, também era alvo das críticas desse jornal, que o acusava de ligações com elementos da oligarquia que governava o estado antes de 1930.<sup>23</sup> Em defesa dos operários pedreiros, denunciava o uso de funcionários públicos pagos pela prefeitura, em obras particulares, o que dificultava o trabalho dos pedreiros que não eram vinculados ao poder executivo municipal.<sup>24</sup> Não atacavam o prefeito porque ele não participara ativamente da revolução, mas porque não cumpria os preceitos revolucionários, isto é, a busca por uma moralidade administrativa.<sup>25</sup> Ferreira seria, então, nas palavras do periódico

“cafeísta”, um daqueles quadros ditos revolucionários que levaram o movimento de outubro para a “lama”, pois se punha ao lado dos burgueses e plutocratas contra os fracos e os pobres, usando a prefeitura para realizar serviços para os ricos da cidade em detrimento dos pobres.<sup>26</sup> O prefeito era acusado de compactuar com elementos da situação decaída, José Augusto e Omar O’Grady, a despeito das forças da revolução, daí a sua indiferença em face dos princípios revolucionários.<sup>27</sup> Gentil Ferreira, embora partícipe do movimento de 1930, possuía ligações com os antigos chefes republicanos de Santa Cruz, sua cidade natal, que representavam a ala mais conservadora, posicionando-se gradualmente sob a liderança de José Augusto.

Quanto aos comunistas e a sua União Geral dos Trabalhadores, recorrentemente foram alvos desse periódico, que alertava os operários para não seguirem o “credo de Marx”, que nada mais queria do que inverter a dominação convertendo em oprimidos os opressores. *O Jornal* exortava os brasileiros a constituir uma união saudável entre o capital e o operariado. Condenava, de um lado, os excessos do extremismo de esquerda e, do outro, a escravização dos operários pela burguesia. Reprovava, dessa maneira, a União Geral dos Trabalhadores por apresentar princípios marxistas em seus estatutos. Para esse periódico, “são erros que o próprio Karl Marx não sustentaria hoje, depois que conhecesse os bellos ensinamentos do ‘Rerum Novarum’”.<sup>28</sup> A doutrina social da Igreja era o caminho que deveriam seguir patrões e empregados, ultrapassando a guerra de classes que os comunistas apenas queriam intensificar. O que os “cafeístas” e, por conseguinte, os outubristas defendiam era a harmonização entre capital e trabalho.

Em outro artigo, continuou a comparar os objetivos dos comunistas com o dos “outubristas”. Para *O Jornal*, enquanto os primeiros queriam igualar o patrão ao operário, o objetivo dos outros seria combater o conceito de trabalho como mercadoria, sujeito à lei da oferta e da procura. O Clube buscava transformar o empregado em um colaborador do patrão, não em um escravo. Daí por que esse grupo confiava na intervenção do Estado nesse aspecto. Outro ponto de tensão entre os dois grupos se estabeleceu pelo modo como cada um entendia a questão das

greves. Os “outubristas” a observavam como um direito legítimo, mas que de certa forma se consubstancia em um ato danoso para as duas partes. Para eles, mais eficaz do que as paralisações seriam a organização de comissões de conciliação e arbitragem, as quais se caracterizariam pela presença de representantes de ambas as partes, mais um elemento do Estado para julgar os litígios entre empregados e patrões. Essas comissões foram instaladas por Vargas ainda durante seu governo provisório.<sup>29</sup>

A “nova política” varguista garantia o direito de associação a todos profissionais brasileiros. Pela lei, os órgãos de classe deveriam ser formados por, no mínimo, 30 pessoas, de ambos os sexos, maiores de 18 anos, que a partir daí deveriam entrar com um processo junto ao Ministério de Trabalho para a legalização de sua situação.<sup>30</sup> A esse respeito, Café Filho se estabeleceu como um grande defensor das medidas varguistas, em parte por essa ser uma das diretrizes do Clube 3 de Outubro e para tomar a frente desse novo tipo de sindicalização. Assim, ele se utilizou do Sindicato Geral dos Trabalhadores de Natal para auxiliar as categorias profissionais a formarem entidades classistas.<sup>31</sup>

A intensa propaganda “cafeísta” na imprensa e nos sindicatos atraiu para o sindicalismo oficial diversas categorias profissionais. Estavam sob a influência de Café e seu grupo as seguintes associações: a Sociedade dos Estivadores Natalenses, a Sociedade dos Padeiros Natalenses, o Sindicato dos Pedreiros, o Sindicato dos Pintores, o Sindicato dos Marceneiros, o Sindicato dos Motoristas e Choferes, a União Sindical dos Trabalhadores da Prefeitura e o Sindicato dos Auxiliares do Comércio.<sup>32</sup> Os territórios dessas profissões eram, de alguma forma, ressignificados. Imbuídos de uma áurea simbólica pelas ações de Café e seu grupo. Além disso, existem condutas e regras que esses trabalhadores escolheram incorporar, ficando, dessa forma, a liderança de Café apoiada em uma rede de líderes sindicais. As fontes estudadas não revelam com maior destaque esses trabalhadores que se constituíram em líderes de seus companheiros, mas eram eles que funcionavam como elos entre Café Filho e as diferentes classes profissionais de Natal. Parte dos trabalhadores que

apoiava a “revolução” via os sindicatos não mais como espaços de lutas, mas de conciliação entre o trabalho, o capital e o governo.<sup>33</sup>

Com a ascensão do quarto interventor, o capitão-tenente Bertino Dutra da Silva, Café Filho retomou o estratégico cargo de chefe de polícia. Essa sua nova experiência foi caracterizada por um maior nível de repressão e censura contra o que ele chamava de extremismos: os decaídos do antigo regime e os comunistas. Com o uso do aparelho repressivo do estado, o equilíbrio entre as diferentes forças foi abalado. Enquanto os sindicatos “cafeístas” tinham ampla liberdade, as associações ligadas aos comunistas foram repreendidas. Enquanto o periódico *O Jornal* possuía liberdade de veicular qualquer notícia, o jornal *A Tarde*, de cunho liberal e constitucionalista, foi empastelado pela polícia.

Café Filho, à frente da chefia de polícia, conteve impetuosamente os operários comunistas repetindo as violências praticadas na situação passada. Com isso, ele se tornou intransigente contra qualquer organização operária que fugisse do seu controle. Nesse sentido, podemos citar a “Marcha da Fome”, organizada pelo Partido Comunista do Rio Grande do Norte compondo um plano nacional de articulação em homenagem ao aniversário de fundação do partido em 25 de março de 1931. Essa marcha saiu de um povoado chamado Peixe-boi, localizado na estrada que liga Natal a Macaíba, indo em direção ao centro da capital, onde foi duramente reprimida pela polícia (COSTA, 1995).

Grupos tão diversos como os comunistas e os “cafeístas” procuraram dizer o que significava ser trabalhador. Suas ações foram pautadas pela necessidade de controlar uma maior parcela dos territórios operários da cidade de Natal, para com isso conseguir uma base política sólida. Controlar territórios significa controlar quem entra e quem sai e, principalmente, as condutas que devem seguir os que frequentam esses espaços. Nesse contexto, os trabalhadores não se estabeleciam como simples sujeitos passivos, eles ativamente aderiam a uma vertente política por acreditar que lhes traria maiores benefícios. A pesquisadora Brasília Ferreira (1989) entrevistou o comunista Francisco Guilherme Souza, que lembrou dos tempos em que comunistas e Café construíram juntos no final da década de 1920 a federação

trabalhista. Ele relata que Café Filho dizia que se um dia “fosse alguma coisa no Estado, não perseguiria os comunistas” (FERREIRA, 1986, p. 38).

Os comunistas potiguares viam Café Filho como um traidor do movimento operário, que desvirtuava as lutas sindicais. Ao perseguir os comunistas, ele de alguma forma tentava apagar suas antigas ligações com esse grupo. Provavelmente, era uma forma de se livrar de suas ligações com esse grupo, no entanto sua fama de amigo dos comunistas perdurou por muito tempo.<sup>34</sup>

Grupos tão diversos como os comunistas e os “cafeístas” procuraram dizer o que significava ser trabalhador. Suas ações foram pautadas pela necessidade de controlar uma maior parcela dos territórios operários da cidade de Natal, para com isso conseguir uma base política sólida. Controlar territórios significa controlar quem entra e quem sai e, principalmente, as condutas que devem seguir os que frequentam esses espaços. Nesse contexto, os trabalhadores não se estabeleciam como simples sujeitos passivos, eles ativamente aderiam a uma vertente política por acreditar que lhes traria maiores benefícios. A vertente de Café ofereceu aos trabalhadores as leis trabalhistas e a redução da jornada de trabalho; em troca, eles retribuíam com a sindicalização oficial e o apoio político. Apesar de aparentemente a visão política de Café Filho ter prevalecido na maioria dos sindicatos da capital, os comunistas trabalhavam no interior desses espaços procurando minar a hegemonia “cafeísta”.

## Referências

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CAFÉ FILHO, João. **Do sindicato ao Catete**: memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COSTA, Homero. **A Insurreição Comunista de 1935**: Natal – o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas definições, usos, genealogias. **Varia História**. N. 28, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FERREIRA, Brasília Carlos. O sindicato do Garrancho. Natal: EDUFRN, 1986.

FURTADO, João Maria. Vertentes. Natal: Clima, 1989.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MAIA, Isaura Amélia de Sousa; BEZERRA, Maria do Nascimento (Org.). **Bom dia Café**. Natal: FAPERN, 2008. (Coleção Patrimônio Cultural Potiguar v.1).

MARIZ, Marlene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr. **Praxedes um operário no poder: a insurreição de 1935 vista por dentro**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História** (História e Cultura). Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993a, p. 41-58.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História** (História e Cultura). Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993b, p. 13-33.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935**. Natal: EDUFRN, 2010.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Artigo recebido em 15 de março de 2018. Aprovado em 31 de maio de 2018.

---

## Notas

<sup>1</sup> A discussão proposta neste artigo também está presente na dissertação de mestrado “‘Ombro a Ombro com os mais fracos’: A Inserção de João Café Filho nos espaços do trabalhador na cidade do Natal.”, defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em História da UFRN.

<sup>2</sup> A Aliança Liberal foi uma coligação nacional que uniu grande parte dos opositores a candidatura de Júlio Prestes a presidência da república agregados em torno da candidatura do gaúcho Getúlio Vargas. Com a derrota nas eleições, parte desses opositores organizou um golpe para derrubar o presidente eleito Júlio Prestes.

<sup>3</sup> José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1928) e Juvenal Lamartine de Faria (1928-1930).

<sup>4</sup> Sobre as nomeações pela Junta Governativa, ver: MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.; SPINELLI, José Antônio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*. Natal: EDUFRN, 2010.

<sup>5</sup> A REPÚBLICA, Natal, 3 jan. 1933.

<sup>6</sup> Os conceitos de território e cidade utilizados neste trabalho foram pensados a partir dos conceitos apresentados por Paulo Cesar Gomes, no seu livro *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

<sup>7</sup> Para compreender como se organizava a cidade de Natal na Primeira e Segunda República, recomenda-se a leitura das seguintes obras: COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935*: Natal – o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995; NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Anuário Natal 2011-2012. Natal: SEMURB, 2012.

<sup>8</sup> Irineu Joffily (outubro de 1930 a janeiro de 1931); Aluísio de Andrade Moura (janeiro a julho de 1931); Hercolino Cascardo (julho de 1931 a junho de 1932); Bertino Dutra da Silva (junho de 1932 a agosto de 1933); Mário Leopoldo Pereira Câmara (agosto de 1933 a outubro de 1935).

<sup>9</sup> Jornal fundado no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1925, por Irineu Marinho, ex-diretor do periódico A Noite, durante os anos 1920, preocupava-se com questões populares, como, por exemplo, a carestia e o aumento dos vencimentos dos funcionários públicos. Aderiu à Aliança Liberal às vésperas das eleições. Com a revolução de 1930, foi um dos periódicos constitucionalistas em cujas páginas observavam-se críticas às arbitrariedades dos interventores federais. Para mais detalhes, ver verbete: GLOBO, O. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

<sup>10</sup> A UNIÃO, Paraíba, 20 jan. 1931.

<sup>11</sup> O JORNAL, Natal, 24 abr. 1932.

<sup>12</sup> VERBETE: Clube 3 de Outubro. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-3-de-outubro-2>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

<sup>13</sup> VERBETE: Clube 3 de Outubro. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em:

---

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-3-de-outubro-2>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

<sup>14</sup> O Partido Comunista do Rio Grande do Norte foi fundado a partir da organização do Sindicato dos sapateiros. Sua reunião de fundação contou com a presença dos sapateiros José Praxedes, Pedro Marinho, Artur da Silva, Aristides, José Pereira e José Claudino. Ver: COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935*, 1995. p. 61-62.

<sup>15</sup> O JORNAL, Natal, 15 maio 1932.

<sup>16</sup> O JORNAL, Natal, 24 abr. 1932.

<sup>17</sup> O JORNAL, Natal, 30 abr. 1932.

<sup>18</sup> O JORNAL, Natal, 14 maio 1932.

<sup>19</sup> O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

<sup>20</sup> O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

<sup>21</sup> O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

<sup>22</sup> O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

<sup>23</sup> O JORNAL, Natal, 26 abr. 1932.

<sup>24</sup> O JORNAL, Natal, 29 abr. 1932.

<sup>25</sup> O JORNAL, Natal, 30 abr. 1932.

<sup>26</sup> O JORNAL, Natal, 4 maio 1932.

<sup>27</sup> O JORNAL, Natal, 12 maio 1932.

<sup>28</sup> O JORNAL, Natal, 26 abr. 1932.

<sup>29</sup> O JORNAL, Natal, 18 maio 1932.

<sup>30</sup> O JORNAL, Natal, 26 abr. 1932.

<sup>31</sup> O JORNAL, Natal, 11 maio 1932, 12 maio 1932.

<sup>32</sup> Ao longo do ano de 1932, *O Jornal* publicou notícias sobre essas entidades, mostrando atividades e ações de cada uma delas.

<sup>33</sup> O JORNAL, Natal, 28 abr. 1932.

<sup>34</sup> Em 2005, foi organizado pelo governo do Rio Grande do Norte um seminário em homenagem à memória de João Café Filho, ocasião em que reuniram-se contemporâneos e historiadores com a finalidade de debater sobre a vida desse político. Percebe-se na fala de alguns contemporâneos a confusão que faziam entre Café Filho e os comunistas. MAIA, Isaura Amélia de Sousa; BEZERRA, Maria do Nascimento (Org.). *Bom dia Café*. Natal: FAPERN, 2008. (Coleção Patrimônio Cultural Potiguar v.1).